

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO NO OITOCENTOS:

Um Breve Estudo

GUILHERME BARRETO*

RESUMO

O presente artigo visa demonstrar brevemente como ocorreu o início do processo industrial no Brasil, e de maneira mais específica no Rio de Janeiro, ao longo do século XIX. Quais os mecanismos, incentivos e conjunturas foram fundamentais para, no interior de uma economia agrário-exportadora, conseguirem se desenvolver diferentes tipos de indústrias.

Palavras-chave: Indústria; Rio de Janeiro; Entidades Patronais; modernização.

ABSTRACT

This article aims to demonstrate briefly how the industrial process began in Brazil, and more specifically in Rio de Janeiro, throughout the nineteenth century. What mechanisms, incentives and conjunctures were fundamental for the development of different types of industries within an agrarian-export economy.

Keywords: Industry; Rio de Janeiro; Employers' Unions; Modernization.

* Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF).
Email: guilhermebbpereira@gmail.com

Nota-se que o Rio de Janeiro se constituiu solidamente como o principal centro de produção industrial no Brasil, de maneira clara e manifesta na segunda metade do século XIX. Assim, o presente artigo busca apresentar como iniciou-se o processo de industrialização no Brasil, e de maneira mais específica no Rio de Janeiro, e como concomitantemente a criação de organizações patronais agiu de maneira decisiva para esta consolidação. Debatendo as possíveis origens para o incremento industrial no Brasil, país agroexportador e que, principalmente ao longo do século XIX, baseou sua produção na mão de obra cativa¹.

Primeiramente é necessária uma definição do que entendemos por indústria, já que esta abre um grande leque de possibilidades. A palavra *indústria* entra no vocabulário português no século XIV, antes mesmo do estabelecimento do país na costa americana, significando “empenho, trabalho, habilidade ou disposição para realizar algo”². Entretanto, o conceito hoje possui uma dimensão diferente, comumente se referindo a “associação de iniciativas de empresários de diversos setores em cadeia produtiva, para produção em escala, envolvendo trabalho humano e de máquinas, gerando produtos em série que obedecem a padrões uniformes de excelência”³.

No Brasil, o verbo *industrializar* traz a ideia de uma manufatura do tipo moderno, com investimentos empresariais ou estatais em instalações e conhecimento científico, buscando tecnologias para o abastecimento de setores bem definidos na sociedade. Porém, se definirmos industrialização como uma forma de crescimento social que tem como característica principal a dependência mútua entre empresários, governantes e trabalhadores⁴, o processo de produção no Brasil tem origem nos primeiros anos do século XIX, como um desdobramento decorrente da chegada da Família Real portuguesa ao Rio de Janeiro. Vale a lembrança, que ocorreram esforços anteriores ao século XIX, que buscavam preencher as lacunas das importações no mercado interno – pré-indústria⁵ ou proto-indústria⁶. Porém no presente trabalho não nos ateremos a esta discussão, centrando nossos esforços nos empreendimentos oitocentistas.

Com a vinda da Corte portuguesa em 1808, o Brasil se abriu para o século XIX. Algumas iniciativas anteriores facilitaram o processo, como por exemplo o decreto de 1801, que isentou de tarifas a entrada de ferro no Brasil e permitiu a sua livre exploração. Mas o destaque óbvio fica para o alvará de 1º de abril de 1808, que permitiu o estabelecimento de manufaturas e fábricas no Brasil, e “promovia liberdade para as ‘manufaturas e indústrias em todo o Estado do Brasil e nos Domínios Ultramarinos’, quebrava o monopólio português e invertia a política protecionista de D. Maria”⁷. Somaram-se a isso algumas providências tomadas pelo Príncipe Regente no sentido de equipar a colônia com as instituições administrativas consideradas indispensáveis à formação de um Estado.

Junto com a Corte, chegam ao Brasil os funcionários europeus que serviam à Rainha e ao Príncipe Regente. A chegada desse séquito contribuiu para um salto na qualidade da fabricação de bens produzidos no país. Somou-se ao Alvará de 1808, o de 1809, que criou condições para o crescimento da indústria, concedeu isenção aduaneira para a entrada de

1 Usando o trabalho de Klein (1987) como base, podemos perceber que a entrada de cativos no Brasil no período entre 1531 e 1780, ou seja, 250 anos de história do Brasil, tem proporção semelhante com o ingresso de escravos no período 1781-1853, tendo transcorrido 72 anos apenas.

2 BARBOSA, Elmer Corrêa. 180 Anos da Indústria Brasileira. In: HEILBRON, Julio; BARBOSA, Elmer Corrêa (org.) *180 Anos da Indústria Brasileira: de 1827 ao Século XXI*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007, p.8-57.

3 *Idem*.

4 *Ibidem*, p.9.

5 OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair. *Raízes da indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860*. Rio de Janeiro: Studio F & S ed., 1992.

6 LIBBY, Douglas. C. Novas considerações sobre a protoindustrialização mineira dos séculos XVIII e XIX. *Revista do Departamento de História*, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 9, p.149-160, 1989.

7 ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2008, p.75-6.

matérias-primas indispensáveis às fábricas e isentou de impostos a exportação de produtos manufaturados. Ademais, garantiu exclusividade aos fabricantes brasileiros na confecção de fardas das tropas reais e o privilégio de exploração durante 14 anos para inventores, após o registro do seu invento⁸. Percebe-se assim, a preocupação de D. João em incentivar, sobretudo, a indústria têxtil. Esta postura, porém, não ficou livre de críticas, por considerá-la demasiadamente onerosa, uma vez que a implantação de manufaturas dependia da importação do maquinário necessário⁹.

Entretanto, a derrocada da política protecionista não tardou, se consumando com os tratados de 1810¹⁰ assinados com a Inglaterra, que possuíam expressivo caráter desacelerador para o crescimento industrial.

A mudança foi tão abrupta que exigiu de D. João uma explicação aos súditos portugueses que, a distância, somente poderiam ver nas medidas adotadas um contrassenso. Isto explica o manifesto de 7 de março de 1810, dirigido ao Clero, à Nobreza e ao Povo de Portugal, em que tenta justificar o inexplicável acordo com a Inglaterra¹¹.

Se reafirmou assim, a vocação agrícola não só do Brasil, mas também da metrópole

*(...) pois as 'manufaturas nunca até aqui no Reino prosperaram... apesar dos gloriosos esforços dos senhores Reis meus predecessores'. Portanto, enganaram-se os que acreditaram nas possibilidades de desenvolvimento manufatureiro em detrimento da agricultura*¹².

Esta medida foi um duro golpe nas possíveis pretensões industriais coloniais, sendo descrita por Alan Manchester da seguinte forma, "Em 1808, a colônia foi emancipada economicamente da metrópole decadente; em 1810, ganhou uma rica madrastra"¹³.

Sem ter como concorrer diretamente com a grande oferta de produtos importados, vindos de maneira preponderante da Europa, as manufaturas brasileiras se esforçaram para fornecer à população local bens de consumo diários mais baratos. Assim, seguindo as tendências trazidas do exterior, as manufaturas passaram a produzir de maneira mais expressiva peças de vestuário, como sapatos, chapéus, rendas, bordados e tecidos¹⁴.

A vinda de intelectuais e artistas franceses em 1816 foi de grande importância para a modernização do país, já que juntamente com estes, desembarcaram no Brasil diversos artesãos altamente qualificados. As mudanças técnicas introduzidas por eles rapidamente se fizeram

8 Esse foi o primeiro esforço por parte do governo para garantir a propriedade intelectual no país. Vale ressaltar que este Alvará não diferenciava a figura do inventor do introdutor, ou seja, o criador da invenção poderia não ser o mesmo que a trouxe para o país. Apesar de bem simples, este Alvará será o alicerce das leis posteriores sobre o tema, outorgadas em 1830 e 1882, sendo a última a mais completa do período Imperial. Ver: MALAVOTA, Leandro Miranda. *Inovar, modernizar, civilizar: considerações sobre o sistema de patentes no Brasil (1809-1882)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

9 Dentre os críticos destacamos a eminente figura de José da Silva Lisboa, primeiro Visconde de Cairu, que ocupou diversos cargos na administração econômica e política do Brasil após a instalação da Corte no Rio de Janeiro, em 1808, incluindo Deputado da Real Junta do Comércio e Desembargador da Casa da Suplicação.

10 A saber, Tratados de Aliança e Amizade e Comércio e Navegação. Nestes constou que os direitos aduaneiros sobre as mercadorias inglesas eram de 15%, ou seja, 1% a menos do que incidia sobre os produtos portugueses; em relação aos produtos de outras nações, estas tarifas chegavam a 24%. ARRUDA, *op.cit.*

11 ARRUDA, *op.cit.*, p.76.

12 *Idem*.

13 MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1973.

14 MAUAD, Ana. Mudança de hábitos: cotidiano e modos de vida nos 180 anos da industrialização no Brasil. In: HEILBRON, Julio; BARBOSA, Elmer Corrêa (org.) *180 Anos da Indústria Brasileira: de 1827 ao Século XXI*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007, p.107.

sentir, de forma mais expressiva, na construção de edifícios, com projetos mais elaborados e com materiais de melhor qualidade. Dessa forma, as empresas nacionais tiveram de responder às novas demandas, mudando não somente as técnicas de produção, mas a própria noção de conforto e bem viver da época. A indústria naval, principalmente voltada para a marinha de guerra e a indústria têxtil, também se beneficiaram das decisões tomadas pelo monarca¹⁵.

Após o conturbado início dos anos de 1820, com todas as mudanças que culminaram na independência do Brasil, e seu reconhecimento pelos demais países, uma demanda dos empresários foi atendida, com a instalação, em 19 de outubro de 1827, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN)¹⁶. Sua criação é um marco para a composição das instituições-chave do Império e para uma organização de classe, algo que o embrionário setor industrial ainda não possuía. Grandes nomes do contexto político e social se fizeram presentes em seus quadros, como o Marquês de Olinda, o Visconde do Rio Branco, Manoel Alves Branco e o Visconde de Mauá. A Sociedade possuía uma grande influência política, embora para José Murilo de Carvalho, ela se aproximasse mais de um centro de estudos, tendo um caráter “quase oficial”. Atuando como órgão consultivo do governo imperial, a SAIN deveria examinar e emitir pareceres sobre questões e assuntos relativos à economia do país que eram encaminhados ao Ministério do Império¹⁷.

Durante a primeira metade do século XIX é nítida a dependência do Brasil em relação ao mercado exterior. Para muitos autores, o sistema escravista respondeu pela situação periférica do país, exportando produtos agrícolas para as economias europeia e norte-americana,

Como a maioria dos países “novos” de expansão europeia, o Brasil participou muito cedo do processo de industrialização barganhando matérias-primas e gêneros alimentícios por artigos manufaturados importados. Nessa troca o Brasil tirava proveito dos seus ilimitados recursos naturais e da sua mão de obra barata mas provocava também o desaparecimento ou a limitação das indústrias manuais do país¹⁸.

A indústria só passa por uma mudança significativa com a adoção da tarifa Alves Branco em 1844. Esta medida tarifária, agiu aumentando as taxas aduaneiras para 30% sobre produtos importados sem similar nacional, e até 60% sobre produtos com similar nacional. Abrangendo cerca de três mil itens importados, despertou fortes protestos não apenas dos empresários britânicos, afetados com esta medida, mas também dos importadores no Brasil e das classes mais abastadas, que passaram a pagar mais caro pelos itens importados que consumiam. Este aumento perdurou até meados da década de 1860, quando o governo imperial, pressionado por diferentes grupos de poder, promoveu uma redução das tarifas. Mesmo sendo insuficiente para uma proteção eficaz, e tendo como principal objeto o aumento das receitas imperiais, esta medida acabou tendo um efeito protecionista quando aumentou a taxação, principalmente dos produtos ingleses¹⁹.

Dois guerras contribuíram para o desenvolvimento econômico brasileiro na segunda metade do século XIX: a Guerra Civil nos Estados Unidos, que estimulou o plantio de algodão

15 BARBOSA, Elmer Corrêa. 180 Anos da Indústria Brasileira. In: HEILBRON, Julio; BARBOSA, Elmer Corrêa (org.) *180 Anos da Indústria Brasileira: de 1827 ao Século XXI*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007, p.14.

16 HEYNEMANN, C. B. . História, Cultura e Informação: o Arquivo Nacional. In: Campos, Cleise; Lemos, Guilherme; Calabre, Lia. (Org.). *Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro 2003-2005*. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2007, v. , p.83.

17 CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p.41.

18 DEAN, Warren. “Industrialização Durante a República Velha”. In: FAUSTO, Boris (org.) *História geral da civilização brasileira. Tomo III “O Brasil Republicano”*, São Paulo: DIFEL, 1975, p.251.

19 LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

no nordeste do Brasil, e a Guerra do Paraguai, que impulsionou a indústria têxtil, algo que não acontecia de maneira expressiva desde os incentivos joaninos do início do século XIX. Além disso, a Guerra do Paraguai mobilizou diversos outros setores da economia, como o naval, de produtos químicos, de instrumentos óticos, além do beneficiamento do couro, fumo, vidro e papel²⁰.

A despeito da ideia já consolidada de que o Brasil era um país agrícola, em 1886 a revista mensal “O auxiliador da indústria nacional” estampou memorial de Frederico Glette, gerente da fábrica de tecidos Rink, sendo contrário ao slogan “país essencialmente agrícola” atribuído ao Império do Brasil. As críticas se estendiam também às baixas tarifas cobradas sobre os tecidos estrangeiros, alegando que os que aqui eram fabricados se equiparavam aos tecidos importados. Também se pedia a suspensão das importações de roupas feitas²¹. Principalmente a partir de 1870, momento em que a industrialização se ampliou, a publicação refletiu o descontentamento dos industriais brasileiros com as tarifas em vigor. Um exemplo disso pode ser visto em 1877, quando foi publicado, também no “O auxiliador da indústria nacional”, um memorial dos artistas chapeleiros contra as baixas tarifas que incidiam sobre o produto importado acabado, principalmente se comparadas às tarifas sobre a importação de matérias-primas para o setor²². Outros protestos contestaram as baixas tarifas relacionadas às importações de tecidos e solicitavam a sua elevação, como o Companhia Brasil Industrial.

Estas manifestações tiveram alguma repercussão, já que em 24 de novembro de 1888 foi aprovada uma tarifa que aumentou os direitos sobre o algodão e juta, tentando amparar a indústria nacional, sobretudo a de sacaria, relacionada ao setor agroexportador, e obviamente gerar rendas alfandegárias para o Império. Porém, geralmente, as tarifas alfandegárias praticadas no país não possuíam como foco a proteção da indústria nacional, com a ocorrência de grandes variações entre medidas que aumentavam as taxas visando a ampliação das receitas imperiais e medidas livre-cambistas, que favoreciam o comércio importador. Evidentemente que há de se considerar a pressão exercida por setores contrários às medidas que de alguma maneira ampliavam o protecionismo, e com bastante poder político e econômico, como por exemplo, os grandes proprietários de terras e o comércio importador²³.

Com a expansão da cafeicultura para o oeste paulista e, conseqüentemente, a necessidade da ampliação da mão de obra disponível, a imigração para o Brasil sofreu um grande impulso. Assim, expandiu-se significativamente a quantidade de jovens que desembarcaram no país em busca de melhores condições de vida, sobretudo na Província de São Paulo. É notório que a grande quantidade de europeus habitando no território brasileiro também contribuiu para uma modificação nos costumes, estimulando o consumo, interferindo na moda e trouxe cada vez mais para o Brasil os temas dominantes na Europa. A classe média brasileira frequentava colégios de orientação educacional europeia, principalmente francesa e, possivelmente, se conhecia melhor nas principais cidades do país, o que acontecia em Paris do que no interior do Brasil²⁴.

Mesmo no interior da Amazônia, no final do século XIX, Manaus se transformou em um grande centro urbano, com teatro, iluminação elétrica nas ruas e uma verdadeira modificação social proveniente das rendas obtidas com o comércio da borracha. Apesar de serem poucas as indústrias relacionadas à produção de bens de consumo na região, os

20 BARBOSA, *op.cit.*, p.17.

21 ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. Indústria no Brasil e no Rio de Janeiro - Século XIX. In: HEILBRON, Julio; BARBOSA, Elmer Corrêa (org.) *180 Anos da Indústria Brasileira: de 1827 ao Século XXI*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007, p.68.

22 *Idem*.

23 *Ibidem*, p.72.

24 BARBOSA, *op.cit.*, p.22.

investimentos industriais em infraestrutura atendiam às empresas de extração e preparação da borracha para o seu envio para o exterior.

Entretanto, apesar de algumas iniciativas industriais bem-sucedidas ao longo do período, o país ainda possuía diversos entraves ao seu desenvolvimento industrial. Um dos principais era a necessidade de importação de matéria-prima, como carvão mineral, para a utilização do combustível em suas fábricas e a pequena quantidade de ferro produzido nas chamadas forjas catalãs, que não eram o suficiente para o abastecimento do mercado nacional. Nesse contexto, a adoção da energia elétrica no Brasil, na década de 1880, vem como uma forma de se tentar suprir a carência de carvão. A primeira cidade a adotar tal medida em escala industrial, obtendo um gerador acionado por água, é Juiz de Fora, sendo a usina Marmelos a pioneira na América do Sul, no ano de 1889. Seguem-se à esta iniciativa as cidades de Campos (RJ) e Rio Claro (SP). Posteriormente é inaugurada a iluminação permanente na estação da Corte, hoje Central do Brasil, seguindo-se a isso a chegada dos bondes elétricos à então capital (1895), quase que imediatamente após a sua invenção.

Promovidos pela maior facilidade na obtenção de energia, em poucos anos o número de fábricas têxteis aumentou consideravelmente. Para se ter como exemplo, na cidade de Juiz de Fora se instala um número tão significativo de indústrias, que se notabilizou à época como a “Manchester mineira”²⁵. A partir de 1883 algumas usinas hidrelétricas já haviam começado a funcionar, porém sem a mesma capacidade de geração de energia da Usina de Marmelos (125 Kw): Ribeirão do Inferno (Diamantina – 1883), Hidrelétrica da Companhia de Fiação e Tecidos São Silvestre (Viçosa – 1885), Ribeirão dos Macacos (Nova Lima – 1887). Destas, a usina de Ribeirão do Inferno foi construída para auxiliar a mineração, enquanto as demais para fins industriais. A criação da *São Paulo Tramway, Light and Power Company Ltda.* em 1889, com o objetivo de gerar e distribuir energia no Estado de São Paulo, contribuiu significativamente para a consolidação do estado como produtor industrial, ainda que secundário nesse momento²⁶.

Outro importante fator estrutural para o desenvolvimento industrial foi a grande expansão ferroviária ocorrida nos últimos quinze anos do Império, com a implantação de nove mil quilômetros de trilhos²⁷. Esta expansão se aprofundou nos primeiros dez anos do período republicano com mais sete mil quilômetros de trilhos. De uma forma geral, todas as linhas férreas do período tinham como destino portos e, como primeiro e principal objetivo o escoamento da produção agrícola – sobretudo café. Apesar disso, também serviram bastante às indústrias, transportando mercadorias e matérias-primas. Entretanto as diferentes bitolas instaladas acabaram criando sistemas ferroviários isolados, que possuíam poucas conexões, dificultando a implantação de uma malha realmente eficiente. Além disso, apesar das siderúrgicas surgidas no início do século XX, a produção de ferro ainda era insuficiente no país. As importações continuavam e eram indispensáveis, já que tinham como destino a manutenção de máquinas importadas ou a montagem de vagões para as ferrovias.

Em 1874, com a criação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a formação do engenheiro civil ganhou plena autonomia, desvinculando-se do ensino militar. A escola se manteve como o principal centro gerador da engenharia nacional e o Clube de Engenharia, criado em 1880, surgia como uma extensão quase natural da Escola Politécnica, pois congregava quase todos os recém-formados alunos da escola. Além de engenheiros, o Clube reuniu também negociantes e políticos de várias partes do país, sobretudo do Rio de Janeiro.

Partindo do pressuposto de que o Estado não é tão somente o conjunto

²⁵ *Ibidem*, p.18.

²⁶ *Idem*.

²⁷ *Idem*.

de aparelhos e agências do poder público propriamente dito, mas também o conjunto dos indivíduos organizados nos chamados aparelhos privados de *hegemonia*²⁸, e de que o Clube de Engenharia correspondia a um destes aparelhos, ou seja, a um espaço de ação política consciente, pretendendo alcançar certos objetivos²⁹.

Tal iniciativa se somou à SAIN no conjunto de instituições que começavam a pautar políticas liberais – como o fim da escravidão – para o país, e cada vez com um maior poder sobre os meios da época. Este fato também demonstra um maior grau de organização classista no fim do século XIX por parte dos setores ligados às indústrias³⁰.

Na última década do século XIX, novas tecnologias chegam ao Brasil, como o gramofone e o cinema, se juntando a outras já mais consolidadas, como o telefone. As inovações no fim do século XIX geram uma nova perspectiva nos governantes, que buscam, cada vez mais, identificar suas iniciativas com o futuro, e projetar as tendências a serem seguidas no século XX. No Brasil, Minas Gerais constrói uma nova capital – Belo Horizonte, enquanto São Paulo promovia sua reforma urbana com a abertura da Av. Paulista em 1891³¹. Entretanto, de todas as reformas urbanas estabelecidas à época, a de maior relevo foi empreendida na cidade do Rio de Janeiro por Pereira Passos.

A cidade – apesar de possuir a primeira linha de bondes elétricos da América Latina desde 1892, a Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico – ainda dispunha de uma região central emaranhada de ruas estreitas e cortiços. Quando tem início a abertura da Av. Central, os industriais locais corresponderam, modernizando seus métodos produtivos, atualizando seus equipamentos e tecnologias para a produção de edifícios. Obviamente que boa parte disso, inspirado no que havia sido idealizado décadas antes em Paris por Georges-Eugène Haussmann, tanto do ponto de vista urbanístico, quanto decorativo, dos novos aparelhos urbanos instalados com a reforma.

Gradativamente, a função comercial de distribuidora que a cidade já exercia assumiu proporções crescentes, e não apenas de produtos importados, mas também aqueles produzidos pela sua própria indústria. A partir dos estudos de Lobo³² e Levy³³, observamos a alteração da função portuária da cidade, perdendo sua importância como exportador de café, para ganhar como polo distribuidor de artigos importados e como mercado consumidor.

Do ponto de vista industrial, quando o século XX se inicia, a cidade do Rio de Janeiro já contava com um importante parque industrial têxtil: a Companhia de Tecidos Progresso Industrial, em Bangu; a Fábrica de Fiação e Tecelagem Aliança, em Laranjeiras; a Companhia de Fiação e Tecelagem Carioca, a Companhia de Fiação e Tecelagem Corcovado, ambas no Jardim Botânico; Companhia América Fabril, em São Cristóvão; e a Fábrica de Fiação e Tecidos Confiança Industrial, em Vila Isabel, todas com aproximadamente mil operários (Ver Quadro 1). Com um parque têxtil tão grande, estas fábricas não modificavam somente a moda, mas também costumes, já que seguindo o padrão europeu, no entorno das fábricas eram construídos os bairros operários, com moradias padronizadas e projetadas de acordo com os

28 GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

29 HANSEN, Claudia; SAES, Alexandre. Poder municipal e as concessões de serviços públicos no Brasil no início do século XX. In: *História Econômica & História de Empresas*, X, 1 2007, p.48-81. Disponível em: <<http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=74&path%5B%5D=40>>.

30 BARBOSA, *op.cit.*, p.19.

31 *Idem*.

32 LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro, do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, 2v.

33 LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

modelos de construção vigentes³⁴.

Quadro 1 – Número de operários nas maiores indústrias têxteis do Rio de Janeiro

Fábrica	Número de Operários
Companhia de Tecidos Progresso Industrial	1651
Fábrica de Fiação e Tecelagem Aliança	1650
Companhia de Fiação e Tecelagem Carioca	1300
Fábrica de Fiação e Tecidos Confiança Industrial	1350
Companhia América Fabril	1320
Companhia de Fiação e Tecelagem Corcovado	812

Fonte: CIB - Censo de 1907.

A crise na cafeicultura na virada para o século XX também colaborou para que políticas públicas que diversificassem a obtenção de receitas para o Rio de Janeiro. Então, umas das opções que surgiram à época foi o cultivo das chamadas “fibras têxteis”, resultantes das expressivas rendas geradas para o Rio de Janeiro, pela indústria têxtil. Este fato fica claro no relatório do presidente da província do Rio de Janeiro de 1907

Para firmar a propriedade do Estado e fornecer-lhe uma base de resistência; para fazer uma política de previdência e largo descortino, e afastar do lavrador as contingências de um mercado estreito, é preciso crear uma riqueza nova, capaz de substituir em nossa economia o vácuo deixado pelo café; uma riqueza que encontre no mercado mundial e nas necessidades crescentes da indústria moderna a garantia do capital, a confiança do êxito, a recompensa do trabalho, a segurança das operações: garantia, confiança, recompensa e segurança que são os pontos de partida das audácias fecundas e das instalações dispendiosas

Que riqueza será esta?

A das fibras têxteis.

Estou convencido que o futuro agrícola do Estado do Rio está nessa cultura de largos horizontes. Só ella é capaz de oferecer à atividade de seus habitantes um campo illimitado, e reerguer em mais sólido pedestal sua grandesa passada.

Assim, sem desconhecer os immensos recursos do solo fluminense, sem deixar em abandono o café e outros ramos de sua actividade, antes continuando a política administrativa já iniciada, pretendo concentrar o melhor dos meus esforços na cultura e exploração das plantas têxteis³⁵.

Além disso outros fatores, como a realocação de recursos antes destinados a cafeicultura e uma reação à crise imposta pela decadência da cultura cafeeira, além das relações de trabalho livre, principalmente de parceria, utilizados na região. A proximidade com o Distrito Federal facilitava a entrada de produtos no principal mercado consumidor do país. De acordo com Boris Fausto, até os anos de 1920, a cidade atraiu maior volume de imigração interna que todo o estado de São Paulo e manteve um significativo fluxo de entrada de estrangeiros. Assim, a diversificação conseguiu aquilo que a política de valorização havia falhado, abrindo novas possibilidades para os agricultores da região.

Não era somente a indústria têxtil que ganhava importância nesse momento no país. *A Clark and shoes Company* que exportava produtos para o Brasil se instalou em São Paulo.

34 BARBOSA, *op.cit.*, p.21.

35 Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa em 1 de Agosto de 1907 pelo presidente do Estado Doutor Alfredo Backer, in <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u876/000003.html>

A indústria de cervejas e refrigerantes que, desde 1836, dependia da importação de frascos para a comercialização, supera este problema com o início da fabricação em 1900. Derivados de gado, industrializados, também davam excelentes resultados e lucro aos industriais que investiam em seu beneficiamento de carne, couro, ossos e chifres de animais para a fabricação de sabão, velas, banha ou carnes enlatadas, embutidos, pentes, botões e colas³⁶.

Na virada do século, a capacidade instalada de geração de energia elétrica no país já alcançava 12000 kW³⁷, mesclando as origens térmica e hidráulica, com muitas cidades já possuindo energia elétrica e rede telefônica, além do telégrafo estar presente em todas as capitais do país. Em 1902 é criada pela *The São Paulo Railway Light Power and Co.* a Usina Hidrelétrica do Parnaíba, a primeira realizada por engenheiros brasileiros, atendendo a demanda de consumo cada vez maior das novas indústrias e dos demais setores da sociedade. No nordeste novos portos são construídos e os de Recife e Salvador modernizados. O industrial Delmiro Gouveia instala a hidrelétrica de Angiquinho, fornecendo energia para a Companhia Agro-Fabril Mercantil e para a Vila Operária da Pedra, empresas de sua propriedade em Alagoas

Apesar do setor industrial ser pouco atingido pelas crises políticas resultantes do início da República, sobretudo entre militares e grandes proprietários rurais, problemas intraclasse atingiam o setor. Muitos industriais associados à SAIN pediam a revisão dos estatutos e ações políticas que atendessem aos interesses dos empresários. Outras instituições já agiam à margem do SAIN, principalmente em setores específicos, como por exemplo, a Sociedade Industrial (SI) e o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão, que defendia os interesses do setor têxtil carioca. Dessa forma, havia o vazio de uma instituição que representasse e desse uma maior coesão à classe empresarial brasileira. Nesse contexto, em 1904, é criado o Centro Industrial do Brasil (CIB), com uma atuação muito marcada, de uma maneira bem mais enfática na defesa dos interesses do setor, principalmente na defesa da tarifa alfandegária.

A organização industrial de caráter permanente, que reunia empresas da capital e do Estado do Rio de Janeiro e que, gradativamente, se fortaleceu como representante dos interesses da indústria de todas as partes do país³⁸. Segundo Leopoldi³⁹, “havia na Capital Federal (início do século XX), um movimento industrialista, e as vinculações das lideranças desse movimento com a política eram significativas”, ou seja, a burguesia industrial se organizou em associações de classe, penetrando cada vez mais em organismos da sociedade política. E no volume I do Boletim do Centro Industrial do Brasil, eram definidos o sentido e o papel da entidade,

[...] se cada indústria, sob o ponto de vista técnico tem seus interesses à parte, há para todas um interesse comum, que cada dia mais se avoluma e que consiste em garantir o consumo interior das especialidades que são e devem ser produzidas no país. Nessa pugna colossal estão atualmente empenhadas todas as nações e nela carecemos também nós, industriais brasileiros, empenhar-nos⁴⁰.

Podemos inferir assim, que a virada do século XIX para o século XX correspondeu politicamente a um momento de intensificação dos conflitos de interesses econômicos corporativos. Estes tomaram forma de disputa na própria sociedade civil, na qual os

36 BARBOSA, *op.cit.*, p.25.

37 *Idem*, p.28.

38 CARONE, Edgard. *A República Velha. Instituições e classes sociais (1889-1930)*. São Paulo: DIFEL, 1978, p.72.

39 LEOPOLDI, Maria Antonieta. Crescimento industrial, políticas governamentais e organização da burguesia: o Rio de Janeiro de 1844 a 1944, *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, UFF, v. 1, n.º 3, 1986, p.66.

40 Boletim do Centro Industrial do Brasil. 1904-1905: 5 *apud* HANSEN, Claudia; SAES, Alexandre. Poder municipal e as concessões de serviços públicos no Brasil no início do século XX, *História Econômica & História de Empresas*, X. 1 2007, p.48-81. Disponível em: <<http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=74&path%5B%5D=40>>, p.56.

industriais e os negociantes, sejam eles nacionais ou estrangeiros, além de outras frações de classes, buscaram defender seus interesses, principalmente através das entidades de classes, mas também na sua aproximação com os ocupantes dos órgãos públicos.

Vale ressaltar também que o crescimento industrial do início do século XX se relacionava diretamente ao crescimento urbano que começava a se fazer sentir em diferentes lugares do país. As fábricas empregavam diversos tipos de mão de obra, que gradativamente se adaptavam a um novo modo de vida, como novos hábitos e padrões de consumo. Tais modificações, decorrentes da grande massa de trabalhadores assalariados urbanos, formaram um mercado cada vez mais relevante para as decisões, e com um maior peso político no cenário nacional deste período.

Conclusão

Neste artigo observamos como ocorreu o início do processo de industrialização no Brasil, sobretudo na então capital, o Rio de Janeiro. Os agentes a ele relacionados e o papel do Estado na promoção (ou não) do seu estabelecimento. Também verificamos como fatores internos e externos puderem contribuir, principalmente a partir das décadas de 1860/1870, no estímulo ao processo industrial, como por exemplo a Guerra do Paraguai e a Guerra Civil norte-americana.

Percebemos que a primeira fase de desenvolvimento industrial foi de sobremaneira dependente da agricultura de exportação, que induzia o crescimento da produção industrial à medida que criava mercado, gerava capacidade de importar e estimulava a formação de capital. Seu padrão de desenvolvimento era bastante restrito, centrado nas indústrias tradicionais produtoras de bens de consumo, embora já houvesse uma pequena diversificação em direção aos insumos pesados. A política econômica, embora suscetível as demandas protecionistas da classe industrial emergente, era inteiramente dominada pelos interesses da agricultura, já que o regime político, na transição do Império para a República, continuou sendo dominado pelos interesses das oligarquias agrárias. Não havia espaço no projeto político para uma construção deliberada de fatores voltados para um projeto industrial.

Algumas políticas destinadas aos interesses agrários acabaram favorecendo a indústria – por exemplo, a imigração que acabou sendo importante fonte de mão de obra industrial. O mesmo ocorreu com o capital estrangeiro investido em ferrovias e energia, mas que acabou gerando efeitos benéficos para a industrialização – o primeiro pelas atividades industriais de construção de material ferroviário em oficinas próprias e por facilitar o abastecimento pelas fábricas nacionais, o segundo pelas facilidades e possibilidades geradas ao substituir a energia a vapor por energia elétrica, propiciando a transição da indústria brasileira ao padrão energético já alcançado nos países líderes do crescimento industrial no início do século XX.

demais, acompanhamos o surgimento das primeiras organizações de classe relacionadas ao setor industrial, que foram em grande medida, responsáveis por determinadas brechas criadas dentro das pautas direcionadas pelo setor agroexportador. A função destas associações enquanto organismos de defesa dos interesses de classe gradativamente vai se intensificando ao longo de todo o século XIX, assim como o setor industrial também se desenvolveu.

Recebido em: 03/08/2018

Approved em: 11/02/2019